



**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA**

Brasília, 29 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

**JOSÉ SARNEY FILHO**

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Sr. Presidente,

A definição e os mecanismos de aplicação da prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos têm gerado interpretações não uniformes, podendo causar impactos relevantes na implementação de toda a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos, inclusive com inviabilidade econômica de empreendimentos, perda de estabilidade regulatória e da segurança jurídica da infraestrutura hídrica. Desta forma, solicitamos apreciação de regime de urgência de moção do CNRH que recomenda aos Comitês de Bacias Hidrográficas, que suspendam as atividades relativas à definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o CNRH se manifeste, por meio de deliberação específica e com brevidade, de acordo com suas competências, e estabeleça diretrizes para o tema.

Neste sentido, os Conselheiros abaixo subscritos REQUEREM, nos termos do art. 12 do Regimento Interno do CNRH, urgência na apreciação pelo Plenário, da minuta de Moção anexa.

**Conselheiros:**

1. Nome: FÁBIO LOPES ALVES

Órgão/Instituição: MME

Assinatura: [Assinatura]

2. Nome: EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Órgão/Instituição: MME

Assinatura: [Assinatura]

3. Nome: NEUSIAZ DO FERREIRA CIMA

Órgão/Instituição: SNRH/INTUR

Assinatura: [Assinatura]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

4. Nome: Otávio Caetano dos Santos  
Órgão/Instituição: MDA  
Assinatura: [Assinatura]
5. Nome: Flávio Antônio Neiva  
Órgão/Instituição: ABRAGE - Gerência de Energia Hidroelétrica  
Assinatura: [Assinatura]
6. Nome: Maria Jerey Salum  
Órgão/Instituição: MME  
Assinatura: [Assinatura]
7. Nome: Arturo Marcos Mendonça  
Órgão/Instituição: MCTIC  
Assinatura: [Assinatura]
8. Nome: JONATAS ASSUNÇÃO S. N. de Castro  
Órgão/Instituição: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
Assinatura: [Assinatura]
9. Nome: Jefferson Milton Marinho  
Órgão/Instituição: MF  
Assinatura: [Assinatura]
10. Nome: DEMÉTRIO TOLEDO  
Órgão/Instituição: MDIC  
Assinatura: [Assinatura]
11. Nome: .....  
Órgão/Instituição: .....  
Assinatura: .....



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

---

12. Nome:.....

Órgão/Instituição: .....

Assinatura: .....

13. Nome:.....

Órgão/Instituição: .....

Assinatura: .....

14. Nome:.....

Órgão/Instituição: .....

Assinatura: .....

15. Nome:.....

Órgão/Instituição: .....

Assinatura: .....





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**MOÇÃO nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016**

*Recomenda aos Comitês de Bacias Hidrográficas que suspendam as atividades relativas à definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema, conforme inciso VIII do Art. 7º da Lei n.º 9.433/97 quanto ao conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos.*

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das suas competências, que lhe são conferidas pelas Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 12.334, de 20 setembro de 2010, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 08 de novembro de 2013;

Considerando as competências específicas atribuídas ao CNRH no Art. 35 da Lei n.º 9.433/97, postas no inciso VI, que determina ao Conselho “estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” e inciso X, “estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso”;

Considerando que na referida Lei, em seu Art. 7º, sobre conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos, sejam esses nacional, estaduais ou de bacias, em seu inciso VIII, determina que devam conter “prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos” e ainda sobre esse mesmo tema, ao regulamentar a outorga, em seu Art. 13, determina que “toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos”;

Considerando que estão sendo definidos no âmbito de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs critérios para priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos na forma de deliberações isoladas dos respectivos Planos de Bacia, e também desconsiderando a necessidade de otimização dos diversos usos, que é fundamento da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos voltada para a garantia dos usos múltiplos;

Considerando que o entendimento e as deliberações de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos devem ser consoantes com o Plano

Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, o que é fundamental para a adequada consideração dos usos cujos benefícios se dão preponderantemente em escala nacional;

Considerando que a definição e os mecanismos de aplicação da prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos têm gerado interpretações não uniformes, podendo causar impactos relevantes na implementação de toda a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos, inclusive com inviabilidade econômica de empreendimentos, perda de estabilidade regulatória e da segurança jurídica da infraestrutura hídrica;

Recomenda:

Aos Comitês de Bacias Hidrográficas, que suspendam as atividades relativas à definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o CNRH se manifeste, por meio de deliberação específica e com brevidade, de acordo com suas competências, e estabeleça diretrizes para o tema.



## **JUSTIFICATIVA DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA APRECIÇÃO DE PROPOSTA DE MOÇÃO QUE DISPÕE SOBRE PRIORIDADES PARA OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS. SOLICITADO PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

1. As prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos são contempladas na Lei 9.433/97, em seu Art. 7º, como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos, sejam esses nacional, estaduais ou de bacias, e que seu Art. 13, determina que “toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso”.
2. Não obstante, um dos principais propósitos da outorga, conforme o Art. 11 da Lei supracitada, é “assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água”, devendo-se respeitar os usos múltiplos, de acordo com o Parágrafo único do Art. 13.
3. Estão sendo deliberados em Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs critérios para priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos desconsiderando a necessidade de otimização dos diversos usos, conforme fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos que trata da gestão sempre voltada para a garantia dos usos múltiplos, e ainda, em alguns casos, na forma de deliberações isoladas dos respectivos Planos de Bacia.
4. A conceituação e as deliberações de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos devem ser consoantes com o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, que é fundamental para a adequada consideração dos usos com benefícios preponderantemente em escala nacional, como é o caso dos empreendimentos hidrelétricos. Esta questão é fundamental para garantir a estabilidade regulatória e a segurança jurídica da gestão das águas no Brasil, especialmente para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da infraestrutura hídrica existente, bem como para atração de novos investimentos na área.
5. Visando garantir a segurança jurídica necessária aos investimentos em infraestrutura, o Art. 12 da Lei nº 9.433/97 determina que “a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica”, e assim novos instrumentos que impactem outorgas já concedidas à geração de energia elétrica, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados, devem ser respaldadas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e deliberadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, e não em âmbito de Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH.
6. A hierarquização de usos como proposta de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos é incompatível com a necessidade de otimização dos resultados de uma grande variedade de benefícios complexos. A sua adoção pode impactar significativamente as outorgas já existentes e que podem, inclusive, funcionar



como uma espécie de suspensão da outorga que, conforme o Art. 24 da Resolução CNRH nº 16/01, “só poderá ser efetivada se devidamente fundamentada em estudos técnicos que comprovem a necessidade do ato”.

7. Diante do exposto, entendemos que a priorização para outorga do direito de uso de recursos hídricos suscita dúvidas conceituais e que uma interpretação equivocada pode causar impactos graves na implementação de toda a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na estabilidade regulatória e na segurança jurídica, especialmente em situações de escassez hídrica.

8. Destaca-se que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, no documento “Governança dos Recursos Hídricos no Brasil”, de 2015, já destacava que “tensões potenciais entre as prioridades federais e estaduais são exacerbadas pelos desafios relacionados ao “duplo domínio” sobre a gestão da água, e pelas inconsistências na abordagem da alocação em fontes conectadas hidrologicamente”.

9. No contexto das prioridades federais também devem ser incluídos os aproveitamentos de recursos hídricos que extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados e que, portanto, são de competência do CNRH. As prioridades voltadas aos benefícios nacionais devem respeitar os direitos existentes e os interesses locais. Da mesma forma que as prioridades locais devem respeitar os direitos existentes e os interesses nacionais.

10. A OCDE ainda coloca que as ineficiências na alocação, que incluem o uso de métodos inadequados de prioridade para a outorga de direito de uso de recursos hídricos, podem resultar em consequências como: (i) impactos negativos sobre os usuários de água existentes, incluindo o potencial de prejudicar a sua viabilidade econômica; (ii) desincentivos ao investimento nas questões dependentes da água; (iii) a não maximização do potencial dos recursos hídricos existentes; (iv) a impossibilidade de atingir os objetivos de desenvolvimento nacional, estadual e local nas indústrias de uso intensivo de água; (v) perda de serviços de ecossistema de água doce e fracasso em alcançar os objetivos ecológicos; e (vi) aumento dos conflitos entre setores e usuários.

11. Assim, resgatamos que dentre as competências específicas atribuídas ao CNRH, conforme discriminado no Art. 35 da Lei nº 9.433/97, está o estabelecimento de “diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” e de “critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso”.

12. O CNRH, no uso das suas competências, deve salvaguardar a gestão dos recursos hídricos, visando assim à preservação da segurança jurídica e a estabilidade regulatória.

13. Desta forma, foi enviada solicitação do Ministério de Minas e Energia ao CNRH para que suas Câmaras Técnicas avaliem ferramentas e abordagens para conceituar a aplicabilidade das prioridades para outorga de uso de recursos hídricos, como conteúdo mínimo do Plano de Recursos Hídricos, considerando, além dos fundamentos e os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a necessidade de

otimização dos resultados de uma grande variedade de benefícios complexos, incompatíveis com a solução proposta de uma hierarquização de usos.

14. Não obstante, é necessária cautela na implementação da priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos, de forma a evitar o surgimento de conceitos e aplicações independentes, não uniformes, conflituosos entre si, e capazes de provocar impactos graves nos usuários, no meio ambiente e na economia.

15. Pelo que apresentamos, são vastos os argumentos que robustecem o requerimento de urgência que se apresenta no sentido de recomendar aos Comitês de Bacias Hidrográficas que suspendam as atividades relativas à definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o CNRH se manifeste, por meio de deliberação específica e com brevidade, de acordo com suas competências, e estabeleça diretrizes para o tema, vez que o tema, de forma equivocada, já é matéria deliberativa em pauta no CBH-Paranaíba e já está em aberta discussão em vários outros comitês.